



Município de Palmela

CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 06/2010:

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2010:

No dia dezassete de Março de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, na Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano (Freguesia de Quinta do Anjo), reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência de Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, presidente, encontrando-se presentes os vereadores Álvaro Manuel Balseiro Amaro, António Fonseca Ferreira, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, José Carlos Matias de Sousa e Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara foi constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Licenciamento de Operação de Loteamento, Requerente: Armando Quaresma da Silva Setra Júnior, Paulo Quaresma de Matos Fortuna e Manuel Martins Quaresma, Proc.º: L-4/04, Local: Quinta do Anjo – Palmela

PONTO 2 – Alteração de denominação da EB1/JI de Quinta do Anjo

PONTO 3 – Cedência de parcela de terreno ao Quintajense Futebol Clube

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

. **Metodologia das reuniões** – A Sr.^a presidente explicita o modo de funcionamento das reuniões de Câmara, dizendo que as reuniões ordinárias se dividem em três períodos distintos: Período Antes da Ordem do Dia, Ordem do Dia e Intervenção do Público. Nas

reuniões de Câmara descentralizadas, como é o caso da reunião de hoje, a reunião inicia-se pela Intervenção do Público.

A **Sr.^a presidente** pergunta se alguns dos Múncipes presentes quer intervir.

1. Sr. João Germano Rodrigues:

É morador na Rua Ramiro Silva Grilo, lote n.º 54.

Gostaria que o problema dos rebanhos fosse resolvido, porque é uma questão de saúde pública.

2. Sr. Arlindo Teixeira:

É morador na Rua Brejos Carreteiro. Vem a esta reunião como representante dos moradores da rua onde reside expor o seguinte:

. A Rua da Escola e a Rua de Brejos Carreteiro ficam intransitáveis quando chove. Já pediu, no passado mês de Janeiro, uma reunião à Câmara Municipal não tendo recebido qualquer resposta. Pretende saber se no PPI (Plano Plurianual de Investimentos) consta a previsão para o alcatroamento destas mesmas ruas.

3. Sr. Gaspar Santos:

Apresenta ao executivo da Câmara Municipal as seguintes questões:

. Em relação à rotunda que foi executada em Quinta do Anjo e todas as questões relacionadas com o projecto, nomeadamente no que respeita ao acesso aos Portais da Arrábida, gostaria de saber se todas as obras estão executadas conforme o previsto. Pretende ainda saber se o separador vai ou não ser efectuado.

. No âmbito do protocolo celebrado com o promotor da urbanização *Palmela Village* devia ter sido executado o troço do acesso da Quinta do Anjo ao Bairro Alentejano, à Autoeuropa e à estação da REFER. Pretende saber como é que a Câmara Municipal vai fazer cumprir o protocolado?

. Foi feita a ponte nas obras da auto-estrada (continuação da estrada de Cabeços Ruivos) e foi feita a ponte (junto à empresa Lear). Com o troço dessa auto-estrada a ponte que está executada no seguimento de Cabeço Ruivos deixa praticamente de ter funcionamento. Pergunta se não foi pensado pela Câmara Municipal e negociado com a Brisa disponibilizar essa verba para expropriar terrenos. Constata que a ponte é mais larga do que a estrada, o que se mostra perigoso.

4. Sr. Manuel Capote:

É gerente da empresa Girassol. Em Agosto do ano transacto emitiu uma factura à Câmara Municipal de Palmela no valor de 5.500 euros. É um valor bastante avultado para um pequeno comerciante. Questiona quando é que lhe vão pagar.

5. Sr.ª Maria Martins:

É moradora na Quinta da Marquesa III, rua n.º 101, lote n.º 4266.

Gostaria de saber qual o ponto de situação da Travessa Emília Ana Simões no que respeita à ligação das fossas ao colectador. Alerta para o facto de haver pessoas que continuam a esvaziar as fossas para a via pública.

6. Sr. Alcino Santos:

É morador na Urbanização Manuel Gomes, no Bairro dos Marinheiros. É uma urbanização nova. A razão que o traz a esta reunião juntamente com outras pessoas é a pavimentação do troço da “estrada dos três concelhos”. Contactaram a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e a Câmara Municipal de Palmela. Consideram que a ligação através da Travessa da Quinta dos Caldeiros poderia ser uma alternativa. Tanto quanto lhes foi dado a saber, esta intervenção faz parte da Câmara Municipal do Barreiro, tendo já contactado este Município informando que existe uma linha de água de difícil controlo, embora pensem que com uma obra de engenharia de alguma simplicidade consigam resolver o problema.

Outros temas: as zonas verdes que foram construídas pelo promotor da urbanização estão a apresentar algum estado de degradação, na medida em que a empresa que trata da manutenção dos espaços não está a zelar pela manutenção do mesmo de acordo com as expectativas que os moradores criaram quando adquiriram os lotes. Em nome de todos os moradores pergunta se existe a possibilidade de a auto-varredoura que serve a zona mais próxima possa, também, fazer a limpeza das ruas na urbanização onde residem.

7. Sr. José Carlos:

Apresenta vários assuntos:

. A Rua da Olivença, em Quinta do Anjo, aquando da última intervenção (pavimentação) ficou em muito mau estado. A Câmara Municipal tentou resolver a situação fazendo uns remendos que não resolveram o problema. A referida rua encontra-se degradada.

- . Pede para o executivo camarário visitar as instalações do antigo matador na Quinta do Anjo e averiguar o que lá se passa.
- . Gostaria de saber quando vão ser intervencionadas as grutas da Quinta do Anjo.
- . A calçada na Rua Manuel Caetano abateu, tornando-se muito difícil circular na rua.
- . Decorre a obra de alargamento da A2. Está em crer que a Câmara Municipal não tem nada a ver com a obra em causa, mas tem a ver com os cuidados de que se reveste a circulação de veículos pesados nas estradas da freguesia e do concelho.
- . Questiona acerca da previsão para realizar a obra de prolongamento da Rua Afonso de Albuquerque. Alerta para o facto de, paralelamente a esta estrada correr uma vala que está tapada e depois segue a céu aberto. Julga que a Câmara Municipal não tem responsabilidades directas nesta matéria, mas a verdade é que quem tem essa responsabilidade não faz nada. Nas últimas chuvadas aconteceu que essa vala invadiu completamente a estrada. Questiona sobre se a Câmara Municipal pode intervir junto dos proprietários dos terrenos para que procedam à limpeza da vala.
- . Mora numa rua que está em muito mau estado, para além de não possuir nem saneamento básico nem recolha de lixo, teve de requerer o prolongamento do ramal de abastecimento de água à sua habitação. Está numa zona de 1.4 igual à primeira zona das *Colinas da Arrábida* e do *Palmela Village*. Repara que a Câmara Municipal estipula os índices de valorização do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis).

8. Sr. José Rebelo de Sousa:

É morador na Quinta da Marquesa II – 2.ª fase. Falou com a EDP (Electricidade de Portugal) porque ainda não tem electricidade em casa, tendo-lhe sido dito que se a Sr.ª presidente da Câmara teria de passar uma carta em como dá essa autorização. Gostaria de saber se há possibilidade de a Sr.ª presidente enviar uma carta à EDP.

9. Sr. Frederico Guerreiro Silva:

É morador na Rua da Liberdade, no Bairro Alentejano.

Pretende saber qual é a previsão para realizar a obra de execução de infra-estruturas na Estrada do Gado e na Travessa dos Limoeiros, no Bairro Sousa Cintra.

10. Sr. Joaquim Maria:

É morador na Rua da Quinta, no Bairro Alentejano.

Considera necessária a execução de uma rotunda na estrada que segue da firma Coca-Cola para a Quinta do Conde. Aquando do aniversário da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, o Sr. presidente deu uma palavra que animou os presentes.

Gostaria que a Câmara Municipal tivesse um pouco de atenção para a população que não possui transportes.

Pretende saber a razão pela qual nos recibos da água e nos GPS não aparece Bairro Alentejano, mas sim Bairro dos Marinheiros ou Bairro Assunção.

11. Sr. Orlando Lopes:

É presidente da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano. Enquanto presidente desta colectividade gostava de partilhar os seguintes assuntos:

. As instalações da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano já se encontram obsoletas.

. A Escola Primária construída há muito poucos anos já sofreu obras de alargamento.

. Sabe a limitação das Autarquias, mas nem sempre o querer é poder. Se não for no próximo ano, gostaria que este executivo camarário enquanto estiver em funções pense na construção de um pavilhão gimnodesportivo, porque as crianças da escola para exercerem a sua actividade desportiva utilizam as instalações desta colectividade, que já é insuficiente para a prática desportiva que existe na localidade.

12. Sr. Nuno Ferreira:

É natural de Cabanas e mora no Pinhal Novo.

Questiona sobre ponto de situação do Plano de Urbanização (P.U.) de Cabanas. Gostaria de saber se é possível consultar os dados sobre as alterações que são propostas a este Plano de Urbanização. A direcção do Botafogo Futebol Clube continua à espera deste P.U. para, eventualmente, negociar uma zona desportiva.

Pede ao executivo camarário para que visitem a Rua das Courelas, na freguesia de Quinta do Anjo, e verificarem o que foi criado com a vala, porque é realmente um problema.

Pergunta se já existe mais algum desenvolvimento em relação à execução da alternativa à E.N. 379.

13. Sr. Hermínio Candeias:

É morador na Rua António Aleixo, no Bairro dos Marinheiros. Apresenta os seguintes assuntos:

. Brevemente vai ser construído um Centro de Dia e o acesso ao mesmo vai ser muito complicado. Efectivamente pode haver um bom acesso se for feito o prolongamento da Rua António Aleixo.

. Há 40 anos havia uma vala real que era a ligação entre o Bairro dos Marinheiros e o Bairro Alentejano. Aquando da construção da urbanização fez-se um aqueduto.

. A Rua 25 de Abril é muito movimentada. Atendendo a que existe uma paragem de autocarros onde as pessoas vão apanhar o transporte seria necessária a colocação de lombas para obrigar os condutores das viaturas a abrandar a velocidade.

Relativamente às intervenções do Público foram dadas as seguintes respostas:

- Resposta à intervenção do Sr. João Germano Rodrigues (1.) – A **Sr.ª presidente** menciona que existe um processo em que a fiscalização da Câmara Municipal terá tido intervenção junto do proprietário do rebanho de ovelhas.

- Resposta à intervenção do Sr. Arlindo Teixeira (2.) – A **Sr.ª presidente** informa que em PPI (Plano Plurianual de Investimentos) não consta a pavimentação da Rua de Brejos Carreiro e da Rua da Escola. Será avaliada a questão do acesso à Escola a partir destas ruas.

- Resposta à intervenção do Sr. Gaspar Santos (3.) – A **Sr.ª presidente** menciona que o que estava em causa nunca foi a construção dum separador. O que se pretendia era que se saísse e entrasse usando a rotunda como ponto de mudança.

Quanto à questão do troço a executar no âmbito da intervenção Palmela Village houve na verdade um conjunto de obras que foram acordadas com o promotor do empreendimento *Palmela Village*. Nesse âmbito tinha-se acordado a execução de um troço chamado de variante à E.N.379 e, de facto, essa obra não aconteceu. O promotor acabou por extravasar aquilo que estava contratualizado em relação aos outros projectos. A execução deste troço não é a solução de fundo para todos os problemas. Tal como já foi anunciado a introdução do eixo Norte/Sul é uma obra que acrescenta valor à qualidade dos cidadãos.

Depois há outras questões suscitadas pelo Sr. Gaspar Santos, como sejam, a ligação Cabeços Ruivos e o estreitamento da ponte que são efectivamente um problema. Estas intervenções têm de ser muito bem ponderadas. A Câmara Municipal está a estudar o melhoramento da Estrada de Cabeços Ruivos e esse estudo contempla, também, a estrada da SETCOM.

Mais refere que a Câmara Municipal de Palmela procura acautelar as intervenções da Brisa e, concretamente, dos empreiteiros que executam obras no concelho.

- Resposta à intervenção do Sr. Alcino Santos (6.) – A **Sr.ª presidente** esclarece que relativamente ao cálculo do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) não é a Câmara Municipal quem define os coeficientes. O que está em causa são critérios nacionais que são da responsabilidade das Finanças. Há uma Comissão Nacional onde a Associação Nacional de Municípios Portugueses (A.N.M.P.) tem um representante, mas é uma intervenção geral que defende os princípios dos Municípios. A zona onde o Sr. Alcino Santos reside tem estabelecido um coeficiente a que corresponde um determinado montante de IMI a pagar. Pretende registar que, ainda assim, é uma zona que está suficientemente valorizada e que, por outro lado, tem dificuldades objectivas.

Acrescenta que a Câmara Municipal apreciou o problema que coloca – pavimentação do troço da “estrada dos três concelhos” - que é uma zona de difícil trato. Este assunto vai ser tido em consideração.

- Resposta à intervenção do Sr. Manuel Capote (4.) – A **Sr.ª presidente** menciona que não é uma situação normal haver facturas de Agosto por pagar. Pede para que o Sr. Manuel Capote deixe os seus dados a um dos técnicos da Autarquia para se averiguar nos serviços o que se passa.

- Resposta à intervenção do Sr. José Carlos (7.) – A **Sr.ª presidente** menciona que continua a existir um agregado familiar a ocupar o espaço do antigo matadouro de Quinta do Anjo. Este caso está em vias de solução, na medida em que a pessoa está inscrita no P.E.R. (Programa Especial de Realojamento). Entretanto já lhe foram colocadas soluções alternativas, razão pela qual não se pode afirmar que a Câmara Municipal não fez nada durante este tempo, mas a família em questão insiste em que só sai para uma casa com determinadas características.

- Resposta à intervenção do Sr. José Rebelo de Sousa (8.) – A **Sr.ª presidente** refere que a Comissão de Administração da AUGI deve tratar das questões específicas dos seus co-proprietários.

- Resposta à intervenção do Sr. Frederico Guerreiro Silva (9.) – A **Sr.ª presidente** menciona que a intervenção na Estrada do Gado está contemplada em PPI.

Mais refere que na visita realizada à freguesia de Quinta do Anjo o executivo esteve na Travessa dos Limoeiros. A rua em causa não possui muitas habitações, mas há efectivamente um problema de infra-estruturas.

- Resposta à intervenção do Sr. Joaquim Maria (10.) – A **Sr.ª presidente** adianta que um dos objectivos deste executivo foi a definição da hierarquização das vias, nomeadamente nas proximidades dos espaços urbanos. Esta intervenção tem vindo a ser alargada. Existem actualmente muitos quilómetros de novas ruas asfaltadas. Considera que se deve introduzir uma outra prioridade: as entradas e vias estratégicas no concelho que também devem ser intervencionadas. Hoje em dia uma das principais entradas no concelho de Palmela é o nó que permite chegar à Autoeuropa, a partir do qual se chega ao Bairro Alentejano e Bairro do Marinheiros. É um nó estratégico para a região e uma obra que até justificava ter outra dimensão. Chegou mesmo a ser proposta pela Câmara Municipal de Palmela, em parceria com a Câmara Municipal de Sesimbra, no âmbito das vias mais estruturantes que dão lugar à elaboração do Plano Rodoviário Nacional o tratamento do nó em causa. Não houve nenhuma solução a nível regional ou nacional. A Câmara Municipal de Palmela já definiu em PPI o início do estudo com vista a uma intervenção naquela zona.

- Resposta à intervenção do Sr. Orlando Lopes (11.) – A **Sr.ª presidente** começa por referir que estão expostos nesta colectividade um conjunto de troféus, o que demonstra bem a actividade da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano.

Quanto à questão do pavilhão gimnodesportivo, a **Sr.ª presidente** menciona que não é tão optimista como o Sr. Orlando Lopes. No concelho de Palmela existe um problema muito grave, na medida em que praticamente só as novas escolas possuem pavilhões desportivos que têm sido mandados construir pela Câmara Municipal. Apenas ao nível do 1.º ciclo existem escolas com condições para a prática desportiva. Como a escola de 1.º ciclo do Bairro Alentejano era de pequena dimensão houve que aproveitar o espaço que era destinado à prática desportiva no interior do edifício para alargar o número de salas de

aula de modo a acolher mais crianças. Reconhece que a escola em causa ficou sem a componente para a prática desportiva. No âmbito da matéria em causa não existe uma solução a breve prazo para prometer ao Bairro Alentejano e ao Bairro dos Marinheiros.

Conclui dizendo que não existe em todo o concelho um pavilhão desportivo construído.

- Resposta à intervenção do Sr. Hermínio Candeias (13.) – A **Sr.ª presidente** refere que foi tomada nota dos assuntos apresentados.

- Resposta à intervenção do Sr. Gaspar Santos (3.) – O **Sr. vereador Álvaro Amaro** esclarece que o assunto do separador está fora de questão, na medida em que a solução e o projecto (de acordo com a E.P. – Estradas de Portugal) prevê para aquele local um traço contínuo. Esta matéria não está completamente fechada.

- Resposta à intervenção da Sr.ª Maria Martins (5.) – O **Sr. vereador Álvaro Amaro** refere que esta semana iniciou-se a obra de infra-estruturas domésticas na Travessa Emília Ana Simões.

- Resposta à intervenção do Sr. Alcino Santos (6.) – O **Sr. vereador Álvaro Amaro** explicita que os assuntos apresentados pelo Sr. Alcino Santos foram devidamente trabalhados pelos serviços camarários. Adianta que já foi efectuada a recepção dos espaços verdes. A questão da iluminação foi corrigida. Certamente que em breve haverá notícias em relação à questão do mobiliário urbano. A pavimentação da “estrada dos 3 concelhos” consta no PPI para o próximo ano, prevendo-se o cumprimento do que está programado. Atendendo aos constrangimentos financeiros que são conhecidos não vai ser possível antecipar a realização desta obra.

- Resposta à intervenção do Sr. José Carlos (7.) – O **Sr. vereador Álvaro Amaro** presta os seguintes esclarecimentos:

. No momento não está prevista a pavimentação da Rua da Olivença. Os serviços camarários vão na medida das suas possibilidades intervindo no local para que as condições de circulação se façam nas melhores condições.

. Em relação ao abatimento da calçada na Rua Manuel Caetano será analisada com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo a possibilidade de integrar os trabalhos no âmbito

do protocolo de descentralização de competências para a conservação de calçada ou se a intervenção terá de ser efectuada pelos serviços da Câmara.

. As obras do alargamento da A2 estão identificadas e a Câmara Municipal tem contactos com os empreiteiros e com a Junta de Freguesia para que o pavimento das vias seja colocado em devidas condições. Observa que o período de anormal pluviosidade que se tem feito sentir não tem permitido às empresas uma intervenção tão pontual como seria desejável.

. Os serviços municipais desenvolveram um projecto para o prolongamento da Rua Afonso de Albuquerque. Tem havido algum desacordo por parte dos proprietários dos terrenos por forma a possibilitar o atravessamento dos mesmos. Estão a ser analisadas tecnicamente outras soluções.

. Quanto às águas que invadem alguns arruamentos deve-se ao facto de haver um estrangulamento na zona em causa. Conjuntamente com o Sr. presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo vai tentar-se uma solução para que se faça o encaminhamento das águas pluviais.

- Resposta à intervenção do Sr. Frederico Guerreiro Silva (9.) – O **Sr. vereador Álvaro Amaro** menciona que em relação à Travessa dos Limoeiros está em condições de adiantar que se vai começar por efectuar o prolongamento da rede de água no local e a demais infra-estruturação será nos anos seguintes.

- Resposta à intervenção do Sr. Joaquim Maria (10.) – O **Sr. vereador Álvaro Amaro** refere que a questão da rotunda já foi mencionada nesta reunião. Estão a ser desenvolvidos internamente alguns estudos. O ano de 2012 é o horizonte para a disponibilidade financeira da Autarquia porque se trata efectivamente de uma grande obra.

Sobre os transportes é de opinião que esta zona do concelho sofre de algum isolamento. São conhecidas as diligências que a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e a Câmara Municipal de Palmela têm feito junto da transportadora concessionária da zona. Realizou-se um estudo (com trajectos, horários e estimativas de custos) que contemplam algumas soluções que visam melhorar a mobilidade. Não é linear que seja a Câmara Municipal a substituir as transportadoras. O Sr. presidente da Junta de Freguesia participou na elaboração das soluções que constam do estudo que vai ser objecto de análise no

Conselho Municipal de Mobilidade agendado para o mês de Junho. Pensa que durante o ano em curso vai haver novidades sobre esta matéria para a zona em questão.

Mais refere que vai averiguar junto da empresa que emite a facturação do consumo de água de designar os nomes das localidades os recibos.

- Resposta à intervenção do Sr. Nuno Ferreira (12.) – O **Sr. vereador Álvaro Amaro** adianta que o Plano de Urbanização de Cabanas está numa fase de consulta em entidades com responsabilidades ambientais específicas. Tendo em conta o relatório de âmbito e alcance da Avaliação Ambiental Estratégica para o Plano estes procedimentos são morosos. As pretensões e as estratégias que visam a deslocalização do campo do Botafogo não estão paradas, porque na área do pelouro do urbanismo têm sido condicionadas algumas pretensões, tendo em vista manter em aberto a garantia destas possibilidades, designadamente, permutas entre outras.

Acrescenta que a questão da Rua das Courelas é um assunto que conhece recentemente. A obra está inacabada e é preciso encontrar uma solução.

- Resposta à intervenção do Sr. Hermínio Candeias (13.) – O **Sr. vereador Álvaro Amaro** menciona que tem em seu poder um estudo desenvolvido pela Divisão de Rede Viária da Câmara Municipal que visa a priorização de um conjunto de critérios para a instalação de lombas. Salienta as recomendações da Direcção Geral de Viação e de outras entidades, nomeadamente no âmbito do socorro e Protecção Civil que para muitas zonas não é aconselhável a execução de lombas, porque podem criar outro tipo de problemas. Vai analisar-se o reforço da sinalização no local para prevenir a ocorrência de acidentes.

- Resposta à intervenção do Sr. José Carlos (7.) – O **Sr. vereador Adilo Costa** esclarece que a Câmara Municipal não tem intervenção no zonamento do IMI a nível nacional. Contudo, quando um proprietário de um determinado imóvel discorda do valor que lhe está a ser atribuído pode requerer a reavaliação do mesmo, sendo que a Câmara Municipal tem um técnico da Autarquia nessa Comissão de Reavaliação.

Em relação às grutas de Quinta do Anjo, o **Sr. vereador Adilo Costa** explica que a Câmara Municipal apresentou ao IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico) um projecto para tornar as grutas visitáveis. O projecto foi “chumbado”. A Câmara Municipal começou a trabalhar noutra projecto pedindo a colaboração aos técnicos do IGESPAR. Já foi entregue o 2.ª projecto. No âmbito do Plano

de Pormenor dos Bacelos foi pedida a realização de levantamentos geofísicos, o que atrasou em seis meses a elaboração do Plano.

- **Semana dedicada à Freguesia de Quinta do Anjo – A Sr.ª presidente** descreve sumariamente o programa da *Semana dedicado à Freguesia de Quinta do Anjo*:

- . Reunião entre o executivo da Câmara Municipal e o executivo da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo onde foram identificados os problemas da freguesia. Visitaram-se diversos locais. Efectuou-se o ponto de situação dos projectos em curso. Definiram-se prioridades para próximas intervenções. Enumera alguns dos locais visitados: Rua José Luís Cipriano, Avenida Visconde Tojal, Estrada da Várzea, Rua Manuel Martins Pitorra, Eixo Norte/Sul, E.M. 1029, Estrada da SETCOM e percurso alternativo através da Estrada dos Cabeços Ruivos, Bairro Alentejano, Rua Fernando Pessoa, Rua 25 de Abril, Rua Manuel Fernandes da Silva, Rua de Camões, Estrada dos 3 concelhos, Rua José Afonso, Travessa do Limoeiro.

- . Reunião com a ADREPES (Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal) para conhecer a sua estratégia de desenvolvimento. Muitos dos temas abordados são extremamente importantes para a freguesia de Quinta do Anjo.

- . Reunião com a ARCOLSA (Associação Regional de Criadores Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida) em que foram focados vários temas, como sejam, os problemas dos produtores, da produção, da comercialização, do preço dos produtos.

- . Reunião com a direcção da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano a propósito de assuntos que são muito importantes para o Bairro Alentejano.

- . Hoje à noite tem lugar a reunião de Câmara descentralizada.

- . Amanhã o executivo da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia farão o balanço dos trabalhos e a apresentação de perspectivas de soluções para várias matérias. Vão visitar algumas empresas na freguesia. Vai ser apresentado o balanço da *Semana dedicada à Freguesia de Quinta do Anjo* aos jornalistas. Será efectuada a formalização da escritura de cedência do terreno do Quintajense Futebol Clube. A finalizar o dia haverá lugar a uma conferência de imprensa para apresentação do programa da edição deste ano do *Festival do Queijo, Pão e Vinho*.

- . Na sexta-feira fará o atendimento público dos Srs. Múncipes na sede da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

• **Candidatura da Arrábida a Património Mundial** – A **Sr.ª presidente** informa que a Câmara Municipal de Palmela, por iniciativa da Associação dos Municípios da Região de Setúbal, está a trabalhar num projecto de candidatura da Serra da Arrábida a Património Mundial. Esta candidatura deve ser apresentada à UNESCO e engloba a participação dos Municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra e, ainda, a direcção do Parque Natural da Arrábida. O objectivo desta candidatura é a de classificar a Serra da Arrábida como Património da Humanidade. Esta candidatura acontece por força da riqueza que a Serra da Arrábida tem do ponto de vista da sua biodiversidade. A Arrábida tem também uma riqueza extraordinária no que diz respeito ao seu património arquitectónico e arqueológico e, ainda, a outras tradições mais ligadas à cultura e a práticas sociais (como festas emblemáticas). Há várias dimensões de fundo nesta candidatura, como sejam, a dimensão patrimonial, cultural e ambiental. A classificação da Serra da Arrábida como Património da Humanidade pode significar uma grande valorização do ponto de vista turístico e pode ajudar à obtenção de apoios mais significativos para intervir em termos do património.

Informa ainda que no passado sábado, dia 13 de Março, a Câmara Municipal de Palmela apoiou a chegada do comboio da biodiversidade que aconteceu no âmbito de uma iniciativa nacional que veio justamente ocupar-se do tema da Serra da Arrábida.

• **Reunião de Câmara Extraordinária** – A **Sr.ª presidente** informa que no dia 25 de Março, pelas 15:00 horas, vai realizar-se uma reunião de Câmara extraordinária para aprovação, entre outros pontos, da Prestação de Contas 2009.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** começa por referir que os vereadores do P.S. têm o maior gosto em estar presentes no Bairro Alentejano nesta reunião de Câmara descentralizada. Saúda os presentes.

• **Freguesia de Quinta do Anjo** – O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** refere que durante estes mais de trinta anos em que a C.D.U. dirige o concelho de Palmela deixou muito por fazer. Possivelmente podia ter feito algo mais e algo que fosse mais ao encontro das reais necessidades. Das intervenções havidas nesta reunião sobressaem dois aspectos: as acessibilidades e a rede viária. Esta é a realidade da freguesia de Quinta do Anjo, que é uma freguesia que influencia muito o PIB Nacional e contribui muito para as

receitas da Câmara Municipal de Palmela através das diferentes taxas da Volkswagen Autoeuropa e da Derrama que as fábricas adjacentes têm de pagar. Opina que a freguesia de Quinta do Anjo necessita de outro tipo de atenção por parte da Câmara Municipal.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** continua a sua intervenção fazendo as seguintes observações:

. A Estrada de Cabeços Ruivos é uma questão recorrente nas reuniões de Câmara descentralizadas que se realizam nesta freguesia. Denota a sua satisfação com a informação dada pela Sr.^a presidente relativamente a esta estrada. Fica igualmente satisfeito com a comunicação feita pelo Sr. vereador Adilo Costa em relação às grutas de Quinta do Anjo.

. Agradece ao Sr. presidente da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano pelo facto de ceder a colectividade para actividade física e desportiva da escola. A escola foi ampliada e o espaço polivalente da escola serve como sala de aula.

. Em relação à empreitada da Rua 5 de Outubro importa registar que nos últimos quatro meses tem havido muita pluviosidade e não vale a pena fazer dissertações sobre as dificuldades que existem em fazer obras. No entanto, a questão da Rua 5 de Outubro não é de agora, mas vem arrastada desde há alguns anos. Cita a intervenção do Sr. vereador Adilo Costa na reunião de Câmara realizada em 20.Junho.2007 na Quinta do Anjo “(...) *todo o processo indicia que a adjudicação da empreitada seja efectuada em Outubro de 2007 e a obra esteja concluída em Setembro de 2008 (...)*”. Há uma *décalage* muito grande no tempo. O planeamento deixa muito a desejar. Há dificuldade em concretizar o que se promete.

. Constata que a intervenção na estrada da Coca-Cola já esteve em PPI em 2007 e 2008 mas foi retirada e adiada para 2011. O mesmo aconteceu com o aceiro da Estrada do Gado. É de opinião que as obras são retiradas do PPI devido, essencialmente, à incapacidade da Câmara Municipal em gerar receitas para concretizar essas mesmas obras. Estas são sucessivamente adiadas. O facto de as obras constarem em PPI dá o garante de que o executivo está atento, mas não dá a garantia que o consiga fazer.

. Há um protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Palmela e a MECMINOP que nos dos pontos refere o compromisso de esta empresa fazer a recuperação do imóvel da Sociedade de Instrução Musical (SIM). A este propósito, o Sr. vereador Adilo Costa na reunião camarária de 20.Junho.2007 referiu “(...) *a SIM entregou o projecto de arquitectura que já foi aprovado e validado pela Inspeção Geral de Actividades Culturais. O processo encontra-se na fase de especialidades. Está em crer que irá correr tudo bem. Logo que*

seja possível aprovar-se-á em reunião de Câmara o protocolo de financiamento (...)”.

Gostaria de saber o ponto de situação.

. Questiona sobre se a Câmara Municipal continua à espera que a MECMINOP execute o troço que estava contratualizado em relação à variante à E.N. 379.

• **Ordenamento do território** – O **Sr. vereador Fonseca Ferreira** apresenta cumprimentos. Observa que a freguesia de Quinta do Anjo é muito extensa. É uma freguesia que tem tido uma grande intensidade em termos de desenvolvimento urbano e tem havido actividades conflituantes do desenvolvimento urbano. Nestas condições os instrumentos de ordenamento do território são fundamentais. O Sr. vereador Álvaro Amaro deixa a esperança de que o P.U. de Cabanas esteja brevemente aprovado, mas há ainda por aprovar o P.U. de Quinta do Anjo e o P.P. dos Bacelos. É extremamente importante que estes Planos entrem em vigor para terem eficácia. Gostava de saber o ponto de situação do P.U. de Quinta do Anjo e do P.P. dos Bacelos.

As questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia obtiveram as seguintes respostas:

- *Freguesia de Quinta do Anjo (Questão colocada pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa)*

– Em relação à recuperação do edifício da Sociedade de Instrução Musical, o **Sr. vereador Adilo Costa** esclarece que há um acordo (ainda que não protocolado) entre a Câmara Municipal e esta colectividade relativamente à comparticipação da Câmara Municipal nas obras em questão. O protocolo está sujeito a visto do Tribunal de Contas e, neste momento, está dependente da entrega do orçamento final para a obra, bem como dos mapas de quantidade de trabalhos. Assim que estiverem reunidas as condições será formalizado o protocolo.

- *Questões colocadas pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa* –sobre a questão do protocolo com a MECMINOP e a responsabilidade acerca da variante à E.N. 379, a **Sr.ª presidente** explica que tem havido um acerto do protocolo, o que se deve ao facto de as obras executadas por esta empresa terem extravasado o acordado na altura. A responsabilidade de intervir no troço é da empresa MECMINOP. A empresa só vai conseguir intervir quando a Câmara Municipal tiver resolvido o problema das expropriações.

Em relação ao estudo da via alternativa à E.N. 379, a **Sr.ª presidente** adianta que está em curso um novo processo de reconhecimento de interesse público desta via que deverá dar origem a um novo projecto de execução. Houve uma ligeira alteração no espaço canal. Fez-se um processo de consulta pública porque havia várias alternativas e a que veio a ser aprovada implicava uma alteração ligeira no espaço canal. O processo continua a ser trabalhado e deve levar à emissão da declaração de reconhecimento de interesse público. Mantém-se a obrigação do promotor para execução de uma parte desta obra.

Relativamente à intervenção do Sr. vereador José Carlos de Sousa sobre as obras que são retiradas do PPI, a **Sr.ª presidente** explicita que a Câmara Municipal elabora anualmente o PPI e, em cada ano, avaliam-se as prioridades. Perante o cenário das disponibilidades financeiras e face ao critério de prioridades vão-se definindo as intervenções. As alterações à Lei das Finanças Locais e as alterações que decorrem directamente do Orçamento de Estado têm influência para a elaboração do PPI. Também o PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento) vai ter de ser analisado sob o ponto de vista dos orçamentos das Autarquias e da sua capacidade de endividamento. Estas e outras circunstâncias conjunturais fazem com que, ano após ano, se tenha de rever as prioridades dentro do quadro financeiro com que o Município se vê confrontado. Esta é a razão pela qual uma obra é retirada do PPI e, às vezes, entra outra de menor expressão financeira. Não se trata de falta de visão, de planeamento ou de vontade política. O executivo camarário em gestão tem sido muito claro nas propostas que elabora e as pessoas têm demonstrado compreender e partilhar as opções que têm sido assumidas.

- *Ordenamento do território (Questão colocada pelo Sr. vereador Fonseca Ferreira)* – O **Sr. vereador Álvaro Amaro** faz o ponto de situação dos planos de ordenamento do território dizendo o seguinte:

. O Plano de Pormenor dos Bacelos está numa fase mais dinâmica de adequação da proposta aos resultados e à validação interna de proposta do Plano.

. Encetou-se uma aquisição de serviços para a Avaliação Ambiental Estratégica.

. Relativamente ao Plano de Urbanização de Quinta do Anjo houve um abrandamento dos trabalhos, devido a um conjunto de questões levantadas pela necessidade da Avaliação Ambiental Estratégica e de consultas a entidades. Está a reflectir-se na perspectiva de poder vir a integrar as propostas do Plano no âmbito da revisão do PDM (Plano Director Municipal) e avançar por unidades cooperativas ou unidades de execução.

- ***Dia Mundial da Floresta*** – O Sr. vereador **Álvaro Amaro** informa que o Município de Palmela em parceria com estabelecimentos do ensino básico, Juntas de Freguesia e empresas que se associaram à iniciativa (GERIURB, SETCOM e Agência de Energia da Arrábida) promovem por todo o concelho comemorações no âmbito do Dia Mundial da Floresta. Vai proceder-se à plantação de mais de três centenas de árvores em espaços públicos do concelho. Vai, igualmente, promover-se a realização de um passeio pedestre denominado nas Encostas de Palmela. Importa sublinhar a passagem pela Serra dos Gaiteiros, Vale de Barris e Serra do Louro. Vão ser distribuídos aos participantes *kit's* de abrigos para pássaros para montagem. Estes são contributos simbólicos para assinalar uma efeméride que desde 1972 pela Organização das Nações Unidas tem vindo a ser comemorado em todo o planeta. É também um contributo simbólico para o combate das emissões de CO2. Este ano vai associar-se a esta comemoração uma evocação do centenário da implementação da República, porque a República teve um papel importante na florestação deste território. Assim sendo, será plantado um carvalho junto à entrada do Castelo para evocar esta efeméride.

- ***Obras em Quinta do Anjo*** – O Sr. vereador **Álvaro Amaro** enumera um conjunto de obras recentemente iniciadas e que têm repercussões positivas na qualidade de vida dos munícipes da freguesia de Quinta do Anjo, designadamente:

- . Execução de infra-estruturas na Rua Joaquim Elias de Carvalho, em Cabanas;

- . Prolongamento do colector pluvial e sumidouros na Rua Carlos Costa Frescata, em Quinta do Anjo;

- . Prolongamento do colector doméstico na Travessa Ana Emília Simões.

Procedeu-se à adjudicação da obra do prolongamento do colector pluvial na Rua Ramiro Silva Grilo, no Bairro Alentejano.

- ***Interrupção do fornecimento de água no Bairro Assunção Piedade*** – O Sr. vereador **Álvaro Amaro** informa que amanhã, dia 18.Março, previsivelmente entre as 09:00 e as 12:00 horas será efectuada a interrupção do fornecimento de água no Bairro Assunção Piedade, devido a uma intervenção na rede de distribuição de água.

- ***Inauguração do CRJ (Centro de Recursos para a Juventude) na Quinta do Anjo*** – O Sr. vereador **Adilo Costa** informa que no próximo dia 24 de Março (Dia do Estudante) vai ser inaugurado o Centro de Recursos para a Juventude na Quinta do Anjo. Este CRJ

vai integrar a rede de equipamentos municipais para a juventude e traduziu-se num investimento de 200 mil euros. Existem CRJ's em Palmela e Pinhal Novo e, ainda, o Centro Municipal da Juventude. Os Centros de Recursos para a Juventude são espaços para a divulgação da informação de interesse juvenil e são uma base de apoio à comunidade juvenil.

- **Dia Mundial do Teatro** – O Sr. vereador Adilo Costa informa que as comemorações no âmbito do Dia Mundial do Teatro iniciaram-se no dia 01 de Março. O mês de Março é dedicado ao teatro. Numa parceria entre a Câmara Municipal de Palmela e os grupos de teatro amadores do concelho correspondem cerca de duas dezenas de actividades em torno do teatro com a realização de espectáculos, exposições, *ateliers*, residência artística multidisciplinar. Todas as freguesias do concelho vão receber espectáculos de companhias nacionais e de grupos locais. Será recebida uma companhia galega. Haverá uma iniciativa “Experimenta o Teatro” em que os jovens vão ter oportunidade de ser convidados a desempenharem diversos papéis e serão acompanhados por um profissional.

Voto de Congratulação (Equipa de Corta-Mato da Escola Secundária de Pinhal Novo):

(O Voto de Congratulação que se transcreve contém alterações ao texto sugeridas pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa).

Pelo Sr. vereador Adilo Costa foi apresentado o seguinte Voto de Congratulação:

“A Câmara Municipal de Palmela saúda e felicita os atletas da Escola Secundária de Pinhal Novo Fábio Silva, Hugo Coutinho, Luís Silva, Marco Galvão e Ricardo Reis pela conquista do título nacional colectivo de Corta-Mato do Desporto Escolar, no escalão de juvenis masculinos, obtido no campeonato nacional disputado no passado dia 13 de Março, em Vagos, garantindo deste modo o apuramento para o Campeonato do Mundo de Corta-Mato Escolar, que se realiza de 19 a 24 de Abril na Eslováquia.

Apesar de a Escola Secundária de Pinhal Novo já possuir vários títulos nacionais na modalidade de Orientação, este é considerado o resultado desportivo mais relevante alguma vez obtido pelos seus desportistas, uma vez que esta competição de Corta-Mato envolve todas as escolas do país, sendo considerado pelo Desporto Escolar Nacional um importante evento, pela sua expressão e carácter inclusivo.

Este resultado é o reflexo do trabalho realizado pelo Núcleo de Educação Física da Escola Secundária de Pinhal Novo e realça, também, a mais valia decorrente do trabalho de parceria realizado com o associativismo, em particular com a Associação Académica Pinhalnovense. O palmarés desportivo da escola, que integra alguns títulos nacionais e participações em Campeonatos do Mundo de Orientação Escolar, fica mais rico com este título nacional colectivo.

Reunida no Bairro Alentejano, na freguesia de Quinta do Anjo, a 17 de Março de 2010, a Câmara Municipal de Palmela congratula-se por mais um excelente resultado desportivo de alunos da Escola Secundária de Pinhal Novo e expressa o seu desejo para que continuem a dignificar e a promover a sua escola, o desporto escolar e o concelho de Palmela.”

Submetido o Voto de Congratulação a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e em minuta.

- **Acções de formação para agentes económicos** – O Sr. vereador **Luís Miguel Calha** felicita a adesão em massa dos munícipes de Quinta do Anjo a esta reunião. Aproveita a oportunidade para informar que a Câmara Municipal de Palmela está a promover um conjunto de acções de formação para os agentes económicos destinadas maioritariamente ao comércio local. O objectivo é dar um contributo para a qualificação e dinamização da economia local. Enumera as acções de formação, salientando que em relação à *Higiene e Segurança Alimentar e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo* vão realizar-se acções descentralizadas nas Juntas de Freguesia de Quinta do Anjo, Pinhal Novo, Marateca e Poceirão. No que se refere à qualificação transversal mais abrangente inclui-se um conjunto de acções de formação que irão permitir aos agentes económicos dotar-se de ferramentas essenciais para o desenvolvimento das suas áreas de negócio, nomeadamente: informática e empreendedorismo. A formação relativa à construção civil e obras públicas destina-se a profissionais do sector.

Conclui dizendo que as acções de formação em questão são dinamizadas pelo Gabinete de Apoio ao Empresário da Câmara Municipal de Palmela e pelo Cento de Estudos e Formação Autárquica Luís Sá. A formação realiza-se maioritariamente em colaboração com o Centro de Formação Profissional de Setúbal do Instituto de Emprego e Formação Profissional e com a Escola Secundária do Pinhal Novo (na área da informática) e, ainda, com o Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas (na área da construção civil e obras públicas).

- ***Diversos assuntos relacionados com o Bairro Alentejano – A Sr.ª vereadora Adília Candeias*** refere que a população do Bairro Alentejano há poucos anos atrás (num horizonte de 25 ou 30 anos) não tinha uma colectividade, nem Posto Médico, nem escolas. Hoje em dia esta colectividade (Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano) já teve um grande remodelação, assim como a Igreja do Bairro Alentejano. Actualmente existe uma farmácia e a escola está na 2.ª fase. Apesar do muito que já foi feito existe ainda muito por fazer. Realça o esforço, a participação e o empenhamento desta população e a sua participação na actividade do dia-a-dia. Dirige uma palavra de estímulo no sentido de se continuar a trabalhar para que a curto prazo o Centro de Dia seja uma realidade.

Finaliza sublinhando o esforço da população do Bairro Alentejano para que se conseguisse um posto médico que actualmente já não serve os utentes porque não há médico ou os enfermeiros não estão a tempo inteiro.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E PELA SR.ª CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração e Finanças / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respectivos e que fica anexa a esta acta como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Sr. Dr. José Monteiro e pela Sr.ª Dr.ª Pilar Rodriguez, no período de 03.03.2010 a 16.03.2010.

ASSUNTOS DESPACHOS PELO SR. VEREADOR DO PELOURO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respectivos e que fica anexa a esta acta como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. vereador Álvaro Balseiro Amaro, no período de 01.03.2010 a 12.03.2010.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

A **Sr.ª presidente** dá conhecimento à Câmara que, no período compreendido entre os dias 03.03.2010 a 16.03.2010, foram autorizados pagamentos, no valor de 741.602,32 € (setecentos e quarenta e um mil, seiscentos e dois euros e trinta dois cêntimos).

A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta acta como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

A **Sr.ª presidente** informa que o balancete do dia 16.03.2010, apresenta um saldo de 1.751.978,67 € (um milhão, setecentos e cinquenta e um mil, novecentos e setenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 766.604,15 € (setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quatro euros e quinze cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 985.374,52 (novecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos).

ORDEM DO DIA

I – APROVAÇÃO DE ACTA

Ao abrigo do preceituado no n.º 2 e para os efeitos do n.º 4, do artigo 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18.09, e bem assim do que se dispõe o n.º 2 e n.º 4, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15.11, na redacção do Decreto-Lei 6/96, de 31.01 (C.P.A.), a Câmara Municipal deliberou a aprovação da seguinte acta, sendo a mesma assinada pela Exm.ª Senhora Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, **por unanimidade**, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

- **ACTA n.º 03/2010**, reunião ordinária de 03.Fevereiro.2010 – **aprovada por unanimidade**.

II – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

DIVISÃO DE LOTEAMENTOS

Pelo Sr. vereador **Álvaro Amaro** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Licenciamento de Operação de Loteamento, Requerente: Armando Quaresma da Silva Setra Júnior, Paulo Quaresma de Matos Fortuna e Manuel Martins Quaresma, Proc.º: L-4/04, Local: Quinta do Anjo – Palmela. Requerimentos: 3358/05, 3190/07, 10886/07, 9684/08 e 4030/09.

PROPOSTA N.º DAU_DL 01_06-10:

«Pretendem os requerentes, proceder a uma operação de loteamento urbano de carácter habitacional, num prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 00808/121088, e inscrito na matriz cadastral sob os artigos urbanos n.º 32, n.º 656 e n.º 971, com a área total de 7.208,50m², localizado no perímetro urbano da Quinta do Anjo.

A operação de loteamento incide apenas em parte do prédio supracitado, tendo como área de intervenção 6.783,18m², inseridos no perímetro urbano da Quinta do Anjo – Tecido Urbano Consolidado – H2c, de acordo com a Planta de Ordenamento do PDM.

A proposta de ocupação contempla assim:

- Constituição de 12 lotes, totalizando uma área de 3.008,35m², destinados à construção de moradias unifamiliares em banda e anexos para estacionamento e arrecadações, com uma área bruta de construção total de 3.039,66m², uma área de implantação máxima de 1680,61m² e 2 pisos acima do solo;
- Previsão de 24 lugares de estacionamento automóvel (Lpa's) no interior dos lotes e 16 no espaço público, num total de 40 Lpa's;
- Cedência para o domínio público de uma área de 3.335,73m², destinada a arruamentos, passeios e estacionamento, prevendo a criação de uma via em impasse, de acesso aos lotes;
- Cedência de uma área de 439,10m² destinada a espaços verdes e de utilização colectiva.

A restante área do prédio (425,32 m²), correspondente a parte do artigo urbano n.º 32 e onde se localiza uma construção já existente, permanecerá como remanescente.

A apreciação do projecto de loteamento enquadra-se no âmbito do D.L. 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pelo D.L. 177/01, de 4 de Junho, tendo sido antecedida de pedido de informação prévia que mereceu parecer favorável, nos termos da deliberação tomada em reunião de Câmara de 09.Jun.2004.

A proposta está em conformidade com as disposições do Regulamento do P.D.M. nomeadamente no que se refere ao cumprimento dos parâmetros urbanísticos estipulados nos art.ºs 12º e 32º (densidade habitacional, n.º de fogos, índice de utilização bruto, n.º de pisos e estacionamento) e ainda com a área de cedência para domínio público, destinada a Espaços Verdes e de Utilização Colectiva, por aplicação dos parâmetros de dimensionamento publicados no Anexo III (Portaria n.º 1.136/2001, de 25 de Set.).

Relativamente à área de cedência para Equipamentos de Utilização Colectiva, num total de 420,00m², não prevista na operação de loteamento e uma vez que dos pareceres emitidos não resultou a necessidade de qualquer instalação para esse fim, **propõe-se** que a mesma seja compensada em numerário, de acordo com o previsto no n.º 4, do art.º 44º, do D.L. 555/99, de 16 de Dez. republicado.

Conforme estabelece o art.º 19º do diploma antes citado, foram considerados os pareceres emitidos pelas entidades externas EDP e Setgás, ambos de teor favorável à pretensão.

A consulta à PT – Comunicações, SA foi promovida por ofício em 20.Out.2005, não tendo sido emitido qualquer parecer, pelo que ao abrigo do n.º 9, do art.º 19, do mesmo D.L. 555/99, de 16 de Dez. republicado, se considera haver concordância daquela entidade relativamente à pretensão.

Dada a confrontação com Estrada Nacional, foi consultada a E.P. – Estradas de Portugal, cujo parecer determina o encerramento do acesso rodoviário existente directo à E.N.

A pretensão foi também previamente analisada pela Divisão de Loteamentos (DL), Departamento de Planeamento (DP), Divisão de Águas de Abastecimento e Residuais (DAAR), Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), Divisão de Rede Viária (DRV) e Gabinete de Planeamento e Controlo e Qualidade de Infra-estruturas (GPCQI), as quais se pronunciaram favoravelmente à globalidade da proposta.

Assim e no que se refere às condições a garantir na fase subsequente de tramitação do processo, Licenciamento de Obras de Urbanização, resulta salvaguardar os seguintes aspectos:

- Encerramento do acesso rodoviário existente à Estrada Nacional;

- Colocação de pilaretes que impeçam o acesso viário à E.N., junto à estrema da propriedade;
- Reposição da calçada e do lancil do passeio na Estrada Nacional de modo a assegurar a continuidade pedonal daquela via;
- Previsão de abastecimento alternativo à rede de gás natural, respeitando a implantação de depósito prevista em planta síntese;
- Execução das passagens de peões, no mesmo material utilizado na pavimentação da Rua A (calçada grossa), mas em cor contrastante;
- Deslocação para norte da passagem de peões mais próxima da Rua D'El rei D. Dinis, de modo a ficar no término do raio de curvatura do passeio mas mantendo-se na zona recta da Rua A;
- Localização dos sumidouros na proximidade das passagens de peões, a jusante das mesmas e nunca em sobreposição;
- Rebaixamento dos lancis nos acessos viários aos lotes e nas passagens de peões;
- Apresentação de projecto de drenagem das águas pluviais que comprove que os caudais gerados na área a lotear será idêntica ou menor àqueles que hoje contribuem para o arruamento. Em caso de impossibilidade técnica, o licenciamento da operação de loteamento ficará condicionado à remodelação do troço de colector compreendido entre o ponto de ligação previsto para a ligação do colector proveniente do loteamento com a rede pública e, a rede de drenagem da Rua 5 de Outubro.
- Por último, deverão ainda ser observados os aspectos especificados nos pareceres emitidos pela EDP e Setgás, bem como demais indicações técnicas de pormenor constantes dos pareceres dos serviços da CMP.

Nos termos do n.º 2, do art.º 22º, do D.L. 555/99, de 16 de Dez. republicado, a operação de loteamento foi dispensado do procedimento de discussão pública, uma vez que não excede nenhum dos limites estabelecidos no art.º 6 do RUEMP.

Face ao exposto **propõe-se**, ao abrigo do art.º 23º do diploma antes referido, a aprovação da operação de loteamento, consubstanciada na planta síntese apresentada com o requerimento n.º 9684/08, de 21.Nov.2008, na qual deverá em sede de apresentação de telas finais ser também representado o acesso viário aos lotes 4 e 5, à semelhança do que acontece nos restantes lotes.

Mais se propõe que se notifiquem os requerentes, comunicando-lhes a validade da deliberação por um ano, devendo nesse prazo ser requerido o licenciamento das obras de urbanização, sob pena de caducidade (n.º 1, do art.º 71º, do D.L. 555/99).

Não sendo realizada cedência para domínio municipal destinada a Espaços para Equipamentos de Utilização Colectiva, a respectiva área de 420,00 m², será convertida em compensação a realizar em numerário, por aplicação da fórmula publicada no art.º 37º do RUEMP, no seguinte no valor de 24.641,40 € (vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta e um euros e quarenta cêntimos).»

Sobre a proposta de *Licenciamento de Operação de Loteamento* numerada *DAU_DL 01_06-10* intervieram:

O **Sr. vereador Fonseca Ferreira** observa que o processo está bem instruído, mas quer colocar as seguintes considerações:

. É difícil julgar se o local definido é o sítio adequado para um loteamento, na medida em que não existe um Plano de Urbanização aprovado. Os Planos servem para avaliar as prioridades da urbanização face à rede de infra-estruturas, à rede de abastecimento de água e às acessibilidades.

. Há cerca de dois meses os vereadores do P.S. manifestaram a sua discordância relativamente a uma proposta de loteamento que possibilitava que as áreas verdes fossem compensadas pelo pagamento em numerário. Falou-se, na altura, que nos pequenos loteamentos podia não ser pertinente a execução de áreas verdes. Os vereadores Socialistas sugeriram que a Câmara Municipal criasse um Fundo Municipal de Urbanização, ao qual consignava as verbas pagas como compensação em numerário devida pela não realização de espaços verdes. Estas verbas seriam depois utilizadas para execução dos espaços verdes definidos em Planos de Urbanização.

Conclui dizendo que os vereadores do P.S. discordam quanto ao facto desta integração no território não estar justificada por um instrumento de ordenamento e da questão das áreas verdes pela compensação em numerário. Vão abster-se.

O **Sr. vereador Álvaro Amaro** observa que há um equívoco de interpretação, na medida em que a compensação em numerário é devida pelos espaços para equipamentos de utilização colectiva. Quanto à questão do Plano de Urbanização não estar terminado e aprovado não significa que as propostas não estejam validadas. Por outro lado, o PDM (Plano Director Municipal) para esta zona tem uma malha muito fina já de precisão para o desenho urbano. A compensação em numerário que se propõe decorreu do facto de não se prever para aquela zona nenhum equipamento, sendo que no âmbito do P.U. de Quinta do Anjo existe uma carta de equipamentos que tem sido validada e que tem vindo a sofrer reapreciações e alterações à medida que vão sendo encontrados outros espaços.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

III – DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO:

Pelo **Sr. vereador Adilo Costa** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Alteração de denominação da EB1/JI de Quinta do Anjo.

PROPOSTA N.º DEIS_DE 01_06-10:

«Considerando o estipulado no Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, que estabelece as normas relativas à denominação dos estabelecimentos de educação e ensino públicos e que o Decreto-Lei n.º 299/2007, de 22 de Agosto, introduziu algumas alterações;

Considerando que o regime anterior que instituiu uma grande variedade de designações, nem sempre aplicáveis e de difícil identificação por parte da comunidade educativa e da população em geral, sendo fundamental que a comunidade educativa local se reconheça na denominação dos estabelecimentos escolares;

Considerando a proposta da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e da Comissão de Homenagem ao Dr. António Matos Fortuna que identificou como patrono do estabelecimento de educação e ensino esta personalidade que se distinguiu na área da cultura, ciência e educação, conforme nota biográfica anexa à presente proposta.

Considerando também o parecer favorável do Agrupamento de Escolas e EB1/JI Quinta do Anjo, cumprindo o disposto no n.º 5, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 299/2007, de 22 de Agosto;

Propõe-se, de acordo com o n.º 2, do artigo 3.º, do Decreto-Lei supra referido, que a EB1/JI de Quinta do Anjo passe a designar-se por:

Escola Básica António Matos Fortuna.»

Sobre a proposta de *Alteração de denominação da EB1/JI de Quinta do Anjo* numerada *DEIS_DE 01_06-10* intervieram:

O **Sr. vereador Adilo Costa** acrescenta como informação que o Dr. António Matos Fortuna nasceu em 1930, na Quinta do Anjo. Foi um homem muito vertical, com uma personalidade juvenil. Em 1953 foi um dos membros da Arcádia da Fonte do Anjo, com o pseudónimo Louro da Serra. Em 1968/1969, frequentou o 1.º curso de jornalismo realizado

em Portugal. Em 1976 licenciou-se em História, na Faculdade de Letras de Lisboa e iniciou a carreira de docente na Escola Hermenegildo Capelo. Nos anos 70 iniciou trabalhos de investigação e de escrita sobre a história local. Foi assessor cultural da Câmara Municipal de Palmela. Foi membro da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, responsável pelo sector cultural da Santa Casa da Misericórdia, em Palmela, sócio fundador do Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela, dirigente da Sociedade de Instrução Musical. Esteve durante quinze anos ligado à acção católica rural. Foi organizador de passeios culturais e foi galardoado pela Câmara Municipal de Palmela com a atribuição da Medalha de Ouro do Concelho de Palmela.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** observa que a homenagem é muito merecida. É muito sensata e oportuna a denominação desta Escola com o nome do Dr. António Matos Fortuna. Vai caber às escolas a missão de explicar às crianças da Quinta do Anjo quem foi António Matos Fortuna.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

IV – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DIVISÃO JURÍDICA:

Pelo **Sr. vereador Luís Miguel Calha** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Cedência de parcela de terreno ao Quintajense Futebol Clube.

PROPOSTA N.º DAF_DJ 01_06-10:

«Através de deliberação tomada a 01 de Abril de 2009, propôs-se à Assembleia Municipal a aquisição para o domínio privado de uma área com 5.787,00m², sita em Quinta do Anjo, destinada à construção do Pavilhão Desportivo e à manutenção de Recinto de Lançamentos. Mais se propôs que, posteriormente ao registo da referida parcela, se constituísse, a título gratuito, direito de superfície sobre aquela área, a favor do Quintajense F.C., pelo período de cinquenta anos, para efeitos de construção, manutenção e utilização de Pavilhão Desportivo e de manutenção de Recinto de Lançamentos, estipulando-se uma cláusula de reversão a accionar caso ao prédio viesse a ser dado um uso diverso dos referidos ou caso o Pavilhão Desportivo não começasse a ser construído no prazo de cinco anos contados da formalização do direito.

Após deliberação da Assembleia Municipal, consumir-se-ia a aquisição da parcela em questão, bem como a formação do correspondente prédio autónomo.

Iniciados os contactos com vista à formalização da constituição do direito de superfície, o Quintajense F.C viria a propor que:

- a) A reversão pelo não início de obra no referido prazo de cinco anos passasse apenas a operar se tal facto for da responsabilidade directa e exclusiva do Quintajense;
- b) O uso previsto para o Recinto de Lançamentos passasse a admitir a realização de quaisquer actividades de âmbito desportivo.

Assim, nada tendo a opor às sugestões apresentadas, **propõe-se**, nos termos da alínea f) do n.º 1, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que o direito de superfície a constituir sobre o prédio sito na freguesia da Quinta do Anjo, descrito na Conservatória com o n.º 7192/20100219, inscrito na matriz sob o artigo P11413, avaliado em € 22.961,60, incorpore as duas indicadas alterações.»

Sobre a proposta de Cedência de parcela de terreno ao Quintajense Futebol Clube numerada DAF_DJ 01_06-10 intervieram:

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** refere que na reunião de Câmara de 07.Maio.2008, aquando da celebração do protocolo entre a Câmara Municipal e o Quintajense Futebol Clube, já se abria a possibilidade para esta cedência. Na reunião camarária de 01.Abril.2009 o Sr. vereador José Braz Pinto teve ocasião de referenciar um aspecto relacionado com a redacção do protocolo e que tinha a ver com o facto de uma das cláusulas especificar que “se no prazo de cinco anos não for dado início à construção da obra o terreno volta à posse inicial” e o Sr. vereador sugeriu que se acrescentasse na cláusula da reversão passasse apenas a operar se tal facto fosse da responsabilidade directa e exclusiva do Quintajense Futebol Clube. Denota a sua satisfação por ver contemplada na proposta esta sugestão. Faz votos para que no prazo estipulado o pavilhão possa estar construído e em funcionamento.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

V – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e vinte minutos do dia dezoito de Março de dois mil e dez, a **Sr.^a presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que eu, *José Manuel Monteiro*, director do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

A presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O director do Departamento

José Manuel Monteiro